

As boas novas da dívida e a nossa falta de fôlego

A grande mudança de enfoque no tratamento da dívida externa dos países em desenvolvimento, que começou a ser delineada em março último, com o anúncio do Plano Brady, foi enfaticamente referendada pelo presidente norte-americano George Bush. Ao discursar, na segunda-feira — logo depois do presidente Sarney —, perante a assembléia geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Bush pavimentou o caminho para a solução política da questão, que seu secretário Nicholas Brady, do Tesouro, abriu há pouco mais de seis meses. “Inúmeros países em desenvolvimento devem lutar na atualidade sob o peso de uma dívida que impossibilita seu crescimento”, afirmou.

Com o Plano Brady, que prevê a redução da dívida dos países em desenvolvimento, a preocupação principal deixou de ser, como tinha sido até então, a saúde dos bancos credores, ou seja, financeira, passando a predominar uma preocupação política: a situação dos países devedores e sua possibilidade de voltar a crescer economicamente, ampliando, assim, os mercados dos países ricos.

Referindo-se a esse plano, Bush disse que os países devedores “merecem uma melhor oportunidade para alcançar o controle de seu próprio destino econômico e oferecer uma vida melhor a seus povos”. “Um novo mundo de liberdade não é um mundo em que poucas nações vivem em conforto, enquanto outras vivem em meio à necessidade”, completou.

Anteontem, na abertura da 44ª assembléia anual de governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI), o diretor-gerente da instituição, Michel Camdessus, deu total apoio à estratégia de redução da dívida dos países em desenvolvimento, como se propõe no Plano Brady, e exortou os bancos particulares a participarem desse programa.

Toda essa mudança no tratamento da questão, entretanto, parece que não era do conhecimento do presidente José Sarney no momento em que subiu à tribuna da ONU, no mesmo dia em que Bush fez seu discurso. “É com grande preocupação que assistimos à lentidão e apatia com que este problema (da dívida) vem sendo tratado e sua solução postergada”, afirmou Sarney no discurso de abertura da assembléia geral.

Os problemas que o Brasil vem enfrentando no setor externo — atraso no pagamento de juros, dificuldades para se chegar a um acordo com o FMI, não liberação dos recursos prometidos ao país — são atribuídos pelo presidente Sarney exclusivamente aos bancos. “O Brasil tem cumprido sua parte”, disse em Nova York. “Quem não cumpriu (...) foram os bancos, que não entraram com a parte (com) que tinham que entrar.”

No ano passado, ao discursar para a mesma platéia que o ouviu na segunda-feira, Sarney lamuriou-se pelo fato de a América Latina — junto com a África — constituir a exceção num mundo que, nos últimos anos, foi marcado por uma grande prosperidade. A produção do hemisfério, se cresceu, cresceu menos do que a população; os latino-americanos estavam ficando cada vez mais pobres.

Entretanto, esse processo não era inevitável e foi detido nos países que, verdadeiramente, “cumpriram sua parte”, mediante a adoção de rigorosas políticas de ajuste interno e de remoção dos entraves ao seu crescimento. O melhor exemplo, hoje, é dado pelo México, que baixou sua inflação para 1% ao mês (resultado de agosto) e 16,8% em 12 meses, o menor índice dos últimos dez anos. Em 1987, a inflação mexicana atingiu 159%; no ano passado, 50%.

Para chegar a esse resultado, o governo do presidente Carlos Salinas de Gortari desafiou a corrupção dentro do aparelho do Estado, enfrentou a máquina do narcotráfico, mas especialmente promoveu um amplo programa de privatização e de atração do capital de risco estrangeiro (na semana passada, Salinas anunciou a decisão do governo de vender 51% das ações da estatal Companhia de Telefones do México, a Telmex). Não sem motivos, como se vê, o México foi o primeiro país a renegociar sua dívida nos termos do Plano Brady.

Nem esse fato o presidente Sarney reconhece como positivo. “Nós achamos que o México não está sendo um bom exemplo de acordo da dívida”, disse a jornalistas norte-americanos, ao mesmo tempo em que fazia restrições ao Plano Brady. A confiança na economia mexicana, entretanto, “está claramente em alta”, disse Brady, citando como dados mais recentes a queda das taxas de juros internas, que reduziu as despesas públicas em US\$ 10 bilhões por ano, e novos ingressos de capital privado, que aumentaram as reservas em US\$ 2 bilhões.

A mudança mais espetacular dos últimos tempos, no entanto, está sendo conseguida pelo governo argentino do presidente Carlos Menem, que assumiu o poder em julho, quando a inflação atingiu 196,6%, e hoje vê o dólar paralelo abaixo do oficial, a inflação abaixo dos dois dígitos mensais e a economia se reorganizando, como fruto de uma política de austeridade fiscal e de drástica redução do tamanho do Estado. Também ele abriu a economia argentina para o capital estrangeiro.

Esses países, aos quais poderíamos juntar a Bolívia, o Equador, o Chile e até mesmo a Venezuela, perceberam a inevitabilidade de dramáticos ajustes internos para resolver seus problemas, inclusive o da dívida externa. Eles retomam o processo de crescimento, que será impulsionado pelas novas formas de negociação da dívida e do qual somos simples espectadores.

Do governo Sarney não há mais nada a esperar. O que esperamos é que esse governo termine imediatamente após a eleição do novo presidente e não no longínquo mês de março. Já não temos fôlego para tanto.